Cadernos PROGRAD
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS TRANSFORMADORAS
Pró-reitoria de Graduação | PUC Minas
Menção Honrosa
v. 1 | 2026

SAJ na Praça: aprendizagem experiencial, formação cidadã e acesso à justiça no ensino jurídico

SAJ in the Square: experiential learning, civic education and access to justice in legal education

Heitor de Oliveira Junior[*]
Carolina de Castro Iannotti [**]
Imaculada Conceição Rabelo [***]

Resumo:
O trabalho analisa o SAJ na Praça, ação de extensão do Serviço de Assistência Judiciária da PUC Minas Lourdes, como prática pedagógica transformadora. A iniciativa reúne professores e estudantes do Curso de Direito para oferecer orientação jurídica gratuita à comunidade, aproximando a população de informações sobre direitos e deveres. A experiência articula teoria e prática, ensino e extensão, e coloca o estudante em posição ativa, sob supervisão docente. O contato com demandas reais favorece o raciocínio jurídico, a escuta, a comunicação acessível, a responsabilidade ética e a compreensão das desigualdades que interferem no acesso à justiça. Conclui-se que a ação contribui simultaneamente para a formação humanística e profissional dos alunos e para a cidadania, apresentando potencial de continuidade, avaliação sistemática e replicação em outros contextos.

Palavras-chave: aprendizagem experiencial; ensino jurídico; extensão universitária; acesso à justiça; protagonismo discente.

Abstract:
This paper examines *SAJ na Praça*, a community outreach initiative developed by the Legal Aid Service of PUC Minas, Lourdes Campus, as a transformative pedagogical practice. The initiative brings together law professors and students to provide free legal guidance to the community, facilitating access to information about rights and duties. The experience integrates theory and practice, teaching and university extension, while placing students in an active role under faculty supervision. Engagement with real-life legal issues fosters legal reasoning, active listening, accessible communication, ethical responsibility, and an understanding of the social inequalities that hinder access to justice. The study concludes that the initiative contributes simultaneously to students' humanistic and professional development and to the promotion of citizenship, demonstrating potential for continuity, systematic evaluation, and replication in other educational and social contexts.

Keywords: experiential learning; legal education; university extension; access to justice; student

[*] Mestre. Coordenador do SAJ e Professor do Curso de Direito da Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Campus Lourdes.
[**] Professora do Curso de Direito da Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Campus Lourdes.
[***] Professora do Curso de Direito da Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Campus Lourdes.

Publicado em: 10/11/2026

protagonism.

1 INTRODUÇÃO

A formação jurídica contemporânea exige mais do que o domínio de conceitos e da legislação normativa. Exige a capacidade de compreender problemas concretos, escutar pessoas, identificar os aspectos juridicamente relevantes de uma narrativa, entender como a situação se adequa ao ordenamento jurídico e aos entendimentos da jurisprudência e ainda fornecer orientações jurídicas com precisão e clareza, compreendendo a responsabilidade ética a ela aliada. Quando o ensino permanece restrito à exposição de conteúdos, leitura normativa e à resolução de casos abstratos, parte importante dessas competências tende a ser desenvolvida de forma fragmentada. A aproximação entre universidade e comunidade, ao contrário, proporciona situações de aprendizagem em que o conhecimento jurídico é mobilizado diante da complexidade da vida cotidiana.

O SAJ na Praça, ação de extensão promovida pelo Serviço de Assistência Judiciária (SAJ) da PUC Minas Lourdes, insere-se nesse horizonte. Realizada com a participação de professores especialistas e estudantes do Curso de Direito, a iniciativa oferece orientação jurídica gratuita à comunidade, ouvido narrativas concretas, individualiza-se os casos e a aplicação do direito, esclarecendo dúvidas práticas que ampliam o acesso à informações sobre direitos e deveres, refletindo sobre possíveis encaminhamentos práticos que atendam de forma mais adequada e individualizada as mais diversas demandas pessoais. A atividade ocorre em espaço aberto à população e, nas edições divulgadas institucionalmente, os atendimentos foram organizados por ordem de chegada, com atuação em áreas como Direito Civil e Direito Penal, além de outros campos contemplados em edições anteriores (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2023, 2025, 2026b).

O presente trabalho tem como objetivo analisar o SAJ na Praça como prática pedagógica transformadora, destacando sua contribuição para a articulação entre teoria e prática, para o protagonismo discente, a aprendizagem experiencial e para a integração entre ensino jurídico e extensão. Busca-se, ainda, evidenciar a relevância social da ação para a comunidade e discutir possibilidades de sistematização, avaliação e replicação da experiência em outros contextos formativos.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

O Serviço de Assistência Judiciária da PUC Minas Lourdes integra a formação prática dos estudantes do Curso de Direito e reflete a responsabilidade social da Universidade. Em sua atuação

permanente, o SAJ oferece atendimento jurídico gratuito à população em situação de vulnerabilidade, enquanto possibilita que estudantes, sob supervisão docente, participem de atendimentos reais e desenvolvam competências profissionais em contato com demandas concretas. O SAJ na Praça amplia essa presença institucional ao concentrar, em uma ação aberta à comunidade, atividades de orientação, esclarecimento e educação em direitos.

A continuidade da prática demonstra seu caráter institucional. Em 2023, a ação foi divulgada como evento de extensão voltado à consultoria jurídica gratuita nas áreas de Direito Civil e Penal e à orientação sobre imposto de renda. Em 2025, a PUC Minas Lourdes realizou nova edição com atendimento em Direito Civil e Penal. Em 2026, a atividade ocorreu em 21 de março, no hall de entrada do prédio do curso de Direito, próximo à Praça da Liberdade, com atendimento gratuito e por ordem de chegada, novamente reunindo docentes e estudantes para orientar a população sobre questões jurídicas do cotidiano (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2023, 2025, 2026b).

O contexto pedagógico da ação é marcado por uma dupla necessidade. De um lado, muitas pessoas encontram barreiras econômicas, informacionais e linguísticas para compreender seus direitos e identificar os serviços adequados para encaminhar seus problemas. De outro, estudantes de Direito precisam aprender a lidar com narrativas reais e multifacetadas que não chegam organizadas como enunciados de prova. São relatos pessoais, atravessados por emoções, urgências, lacunas documentais e questões familiares, sociais e econômicas. Nesse encontro, a comunidade não é tratada como objeto de observação, mas como interlocutora; e o estudante tem a oportunidade de sair de uma posição passiva de aquisição de conhecimento jurídico para assumir, com supervisão, uma participação ativa de identificação de soluções, aplicação normativa e de construção encaminhamentos juridicamente responsáveis.

A prática não se limita, portanto, à prestação de um serviço pontual. Ela converte o espaço extensionista em ambiente formativo, no qual conteúdos de diferentes componentes curriculares são retomados, relacionados e traduzidos para situações reais. Também favorece o desenvolvimento de competências comunicacionais, éticas e relacionais, indispensáveis à formação humanística e crítica prevista para o aluno da graduação em Direito.

Quadro 1 – Atendimentos realizados

Ano	Número de pessoas atendidas
2023	**150**
2024	**172**
2025	**166**

2026	187

3 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

As Diretrizes Conceituais e Organizacionais da Mostra de Práticas Pedagógicas Transformadoras definem como transformadoras as experiências centradas no estudante, articuladas à prática e orientadas à resolução de problemas reais. Tais experiências devem valorizar a participação ativa, a investigação, a mediação docente, a autonomia intelectual e a formação integral, articulando ensino, pesquisa e extensão de maneira socialmente comprometida (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2026a, 2026c). O SAJ na Praça reúne esses elementos ao transformar demandas comunitárias concretas em situações de aprendizagem supervisionada.

No plano normativo, a Resolução CNE/CES nº 5/2018 estabelece que a formação jurídica deve integrar teoria e prática, explicitar metodologias ativas e articular o ensino às atividades de extensão e iniciação à pesquisa. A norma também prevê uma formação geral e humanística, com capacidade de análise, argumentação, comunicação precisa, postura reflexiva e visão crítica, orientada à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania. Entre as competências profissionais, destaca-se a articulação do conhecimento teórico com a resolução de problemas (Brasil, 2018).

A centralidade discente encontra respaldo em Berbel (2011), para quem as metodologias ativas mobilizam experiências reais ou simuladas e desafiam o estudante a buscar soluções para situações oriundas da prática social. A autora associa essas metodologias à promoção da autonomia, pois o estudante participa das decisões, avalia caminhos e assume responsabilidade pelo próprio processo de aprendizagem. No SAJ na Praça, essa autonomia não significa atuação isolada: ela é construída em ambiente supervisionado, no qual o estudante formula hipóteses, organiza informações, consulta a legislação e entendimentos jurisprudenciais, revendo e ampliando sua compreensão teórica a partir da mediação docente.

Moran (2015) ressalta que a aprendizagem se torna mais significativa quando se desenvolve por meio de problemas e situações reais, com desafios planejados e acompanhamento de profissionais mais experientes. O professor deixa de ser apenas transmissor de conteúdos e passa a atuar como orientador, ajudando o estudante a estabelecer conexões, reconhecer lacunas e avançar em níveis mais complexos de compreensão. Essa lógica se manifesta na ação quando o docente acompanha a escuta, problematiza interpretações, verifica a adequação jurídica das orientações e oferece devolutivas formativas.

A experiência também pode ser compreendida a partir do ciclo de aprendizagem experiencial de Kolb (1984), no qual o conhecimento é produzido pela transformação da experiência. A experiência concreta do atendimento é seguida pela observação reflexiva sobre o caso e sobre a própria atuação; essa reflexão possibilita a conceituação abstrata, com retomada de normas, institutos e princípios; por fim, a experimentação ativa ocorre quando o estudante aplica os aprendizados em novos atendimentos, aperfeiçoando sua escuta, seu raciocínio e sua comunicação. O valor pedagógico da ação reside justamente na continuidade entre experiência, reflexão, teoria e nova ação.

4 DESCRIÇÃO METODOLÓGICA DA EXPERIÊNCIA

Com base na dinâmica institucional divulgada e em sua finalidade formativa, o SAJ na Praça pode ser sistematizado em etapas interdependentes. A primeira envolve o planejamento da ação, com definição da data, do espaço, das áreas jurídicas contempladas, das equipes docentes e discentes e dos materiais de apoio. A clareza dos limites do atendimento é essencial para que a orientação seja segura, ética e compatível com a natureza da atividade.

A segunda etapa corresponde à preparação dos estudantes. Antes do contato com o público, é importante retomar conteúdos jurídicos recorrentes, critérios de encaminhamento, princípios de confidencialidade, postura ética, escuta ativa e comunicação acessível. A preparação deve enfatizar que a pessoa atendida não apresenta apenas um “caso jurídico”, mas uma situação de vida que exige acolhimento respeitoso, análise técnica e cuidado ético com expectativas que possam ou não ser atendidas naquele momento.

Durante a ação, o atendimento inicia-se com a recepção da comunidade e a identificação da demanda. O estudante participa da escuta inicial, organiza os fatos, verifica documentos eventualmente apresentados e formula as primeiras questões jurídicas. Em seguida, sob mediação do professor, são examinados os fundamentos jurídicos aplicáveis, as alternativas possíveis e os limites da orientação. A devolutiva deve traduzir a linguagem técnica sem simplificar indevidamente o problema, indicando direitos, deveres, providências, documentos necessário, caminhos e serviços competentes, conforme as particularidades de cada situação.

A supervisão docente é permanente e possui função pedagógica e protetiva. Além de assegurar a qualidade técnica da informação, ela estimula o raciocínio do estudante por meio de perguntas, solicita fundamentação, corrige interpretações e modela uma atuação profissional respeitosa. Ao final, a equipe pode realizar uma breve reflexão sobre os atendimentos, preservando o sigilo, para identificar aprendizagens, dificuldades, temas recorrentes e necessidades de aperfeiçoamento.

Quadro 2 - Etapas da experiência e aprendizagens mobilizadas

Etapa	Participação discente	Mediação docente	Aprendizagens e impactos
Planejamento	Participação na organização e estudo das áreas previstas.	Definição do escopo, dos protocolos e dos materiais de apoio.	Antecipação de problemas, responsabilidade e integração de conteúdos.
Preparação	Revisão de fundamentos, treino de escuta e comunicação acessível.	Orientação ética, técnica e procedimental.	Autonomia progressiva, segurança e consciência dos limites da atuação.
Acolhimento e escuta	Identificação da demanda, organização dos fatos e formulação de perguntas.	Observação, problematização e apoio à análise.	Escuta ativa, empatia, seleção de informações e compreensão do contexto social.
Análise supervisionada	Construção de hipóteses e busca de fundamentos jurídicos.	Validação técnica, feedback e correção de interpretações.	Raciocínio jurídico, argumentação, interdisciplinaridade e tomada de decisão.
Orientação à comunidade	Explicação clara de direitos, deveres e possíveis encaminhamentos.	Garantia da qualidade e adequação da devolutiva.	Comunicação, responsabilidade profissional e compromisso com a cidadania.
Reflexão posterior	Autoavaliação e registro das aprendizagens e dificuldades.	Devolutiva formativa e identificação de pontos de aperfeiçoamento.	Transformação da experiência em conhecimento e preparação para novas situações.

Fonte: elaboração própria, com base em Kolb (1984), Berbel (2011), Moran (2015) e nos documentos institucionais do SAJ na Praça.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A principal contribuição social do SAJ na Praça é reduzir barreiras de acesso à informação jurídica. Muitas dúvidas cotidianas permanecem sem encaminhamento porque a pessoa desconhece seus direitos, não sabe qual instituição procurar ou encontra dificuldade para compreender a linguagem jurídica. Ao oferecer atendimento gratuito em espaço universitário acessível, a ação aproxima a comunidade de profissionais e estudantes preparados para orientar, esclarece possibilidades e fortalece a percepção de que o Direito pode ser instrumento de cidadania, e não apenas um sistema distante e incompreensível.

Para os estudantes, o impacto pedagógico decorre do contato com problemas reais. Diferentemente de um exercício previamente delimitado, o atendimento exige selecionar fatos relevantes, reconhecer informações ausentes, formular perguntas, relacionar diferentes áreas do Direito e comunicar conclusões a pessoas com experiências e repertórios diversos. O conhecimento deixa de ser apenas lembrado e passa a ser mobilizado. Esse movimento favorece o raciocínio jurídico, a argumentação, a capacidade de síntese e a aplicação responsável das normas, competências diretamente relacionadas às Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito (Brasil, 2018).

O protagonismo discente aparece na participação efetiva em todas as fases formativas: preparação, escuta, organização do problema, pesquisa, discussão com o professor e comunicação da orientação. A supervisão não elimina a autonomia; ao contrário, cria condições para que ela se desenvolva com segurança. O estudante aprende a justificar escolhas, reconhecer limites e rever hipóteses. Em consonância com Berbel (2011), a autonomia é exercitada como capacidade de participar conscientemente do processo, e não como ausência de acompanhamento.

A prática também desenvolve competências interpessoais frequentemente pouco visíveis em avaliações tradicionais. Escutar sem interromper, acolher narrativas marcadas por sofrimento, buscar caminhos jurídicos possíveis, explicar conceitos em linguagem clara e administrar expectativas são aprendizagens essenciais para uma atuação jurídica humanizada. Ao mesmo tempo, o contato com demandas sociais concretas amplia a compreensão dos estudantes sobre desigualdades, vulnerabilidades e obstáculos que interferem no acesso à justiça.

Do ponto de vista docente, a ação reposiciona o professor como mediador da aprendizagem. A orientação não se resume a fornecer a resposta correta, mas envolve tornar explícito o caminho do raciocínio, questionar pressupostos, ajudar a distinguir informação de interpretação e oferecer feedback imediato. A experiência concreta permite que o professor identifique lacunas formativas que nem sempre aparecem em sala de aula e retome, posteriormente, conteúdos e competências que precisam ser fortalecidos.

A integração entre ensino e extensão constitui outro resultado relevante. A comunidade recebe orientação e, simultaneamente, participa da produção de uma aprendizagem situada. Seus problemas desafiam a organização curricular por disciplinas isoladas e mostram que as demandas jurídicas são atravessadas por dimensões familiares, patrimoniais, penais, trabalhistas, previdenciárias, privadas e públicas. A interdisciplinaridade emerge da própria realidade e exige que o estudante estabeleça conexões entre conteúdos, procedimentos, princípios éticos e políticas de acesso a direitos.

A continuidade anual do SAJ na Praça revela potencial de replicabilidade. O modelo pode ser adaptado a outros campi, cursos ou áreas de atendimento, desde que sejam preservadas condições essenciais: vínculo com serviço institucional permanente, supervisão qualificada, delimitação clara do escopo, protocolos de acolhimento e sigilo, espaço acessível e articulação com a rede de serviços. Sua força não depende de tecnologia sofisticada, mas de planejamento pedagógico, presença docente e participação responsável dos estudantes. Recursos digitais simples podem, em futuras edições, apoiar registros não identificáveis, materiais informativos e avaliação da ação, sempre com observância da proteção de dados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O SAJ na Praça caracteriza-se como prática pedagógica transformadora porque articula formação acadêmica e compromisso social em uma experiência concreta de orientação jurídica. A comunidade encontra um espaço gratuito de escuta e informação sobre direitos e deveres; os estudantes, por sua vez, desenvolvem competências jurídicas, comunicacionais, éticas e relacionais em contato com situações reais, sob supervisão docente.

A ação materializa princípios presentes nas diretrizes institucionais e nacionais para a graduação: centralidade do estudante, integração entre teoria e prática, metodologias ativas, extensão universitária, pensamento crítico e formação humanística. Ao assumir papel ativo no atendimento, o estudante aprende a construir respostas fundamentadas, traduzir a linguagem técnica, reconhecer limites e compreender as condições sociais que atravessam a aplicação do Direito.

A continuidade do projeto e seu potencial de adaptação reforçam sua relevância. Para ampliar o impacto e a possibilidade de compartilhamento da experiência, recomenda-se sistematizar os procedimentos pedagógicos, registrar resultados de forma ética e incorporar mecanismos de avaliação da aprendizagem e da percepção da comunidade. Com esses aperfeiçoamentos, o SAJ na Praça pode fortalecer ainda mais a identidade socialmente comprometida da PUC Minas e consolidar-se como referência de integração entre ensino jurídico, extensão e cidadania.

REFERÊNCIAS

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011. DOI: 10.5433/1679-0359.2011v32n1p25

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 18 dez. 2018.

KOLB, David A. **Experiential learning**: experience as the source of learning and development. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1984.

MORAN, J. Mudando a educação com metodologias ativas. *In:* SOUZA, C. A.; MORALES, OF. E. T. (org.). **Convergências midiáticas, educação e cidadania**: aproximações jovens: vol. II. Ponta Grossa: UEPG, 2015. (Coleção Mídias Contemporâneas).

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. **Diretrizes conceituais e organizacionais da Mostra de Práticas Pedagógicas Transformadoras**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2026a.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **PUC Minas Lourdes oferece atendimento jurídico gratuito à comunidade com o projeto SAJ na Praça**. Belo Horizonte: PUC Minas, 3 abr. 2025. Disponível em: https://www.pucminas.br/sala-imprensa/noticias/Paginas/PUC-Minas-Lourdes-oferece-atendimento-jur%C3%ADdico-gratuito-%C3%A0-comunidade-com-o-projeto-SAJ-na-Pra%C3%A7a.aspx. Acesso em: 31 jul. 2026.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **PUC Minas Lourdes promove atendimento jurídico gratuito com o SAJ na Praça**. Belo Horizonte, 12 mar. 2026b. Disponível em: https://www.pucminas.br/campus/lourdes/sala-imprensa/noticias/Paginas/PUCMinasLourdespromoveatendimentojur%C3%ADdicogratuitocomoSAJnaPra%C3%A7a.aspx. Acesso em: 31 jul. 2026.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. **Regulamento**: processo de submissão e apresentação de trabalhos da Mostra de Práticas Pedagógicas Transformadoras. Belo Horizonte: PUC Minas, 2026c.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **SAJ na Praça**. Belo Horizonte: PUC Minas, 18 abr. 2023. Disponível em: https://www.pucminas.br/campus/lourdes/sala-imprensa/noticias/Paginas/SAJ-na-Pra%C3%A7a.aspx. Acesso em: 31 jul. 2026.